

HABEAS CORPUS Nº 638.336 - SP (2021/0000662-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : CAUE RAMALHO SILVA
ADVOGADO : CAUE RAMALHO SILVA - SP442914
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANSELMO DE AMORIM SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANSELMO DE AMORIM SILVA, em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Tribunal local, em decisão rarefeita, ao denegar o pedido liminar formulado no *writ* originário de n. 2000593-63.2021.8.26.0000, manteve a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos dos arts. 310, inciso II, e 313, inciso III, ambos do CPP, com esteio - precipuamente - nos seguintes fundamentos, *litteris*:

O indiciado, com efeito, registra ocorrência anterior por violência doméstica, que motivou a concessão da medida protetiva, quando relatou a ofendida que "o autor chegou completamente embriagado em casa e, após questioná-lo, **o mesmo partiu para agressão contra a declarante, lhe dando um chute na perna, um nas nádegas, um soco no queixo, um na boca e outro no tronco**" (pgs. 15/17).

Além disso, mesmo após deferida a medida protetiva de não aproximação, e **tendo sido intimado dessa decisão, há menos de um mês, o indiciado voltou a se aproximar da vítima e invadiu o domicílio**, para xingá-la, **denotando**, como bem apontou o Ministério Público, **que ignora a lei e as decisões judiciais**.

[...]

Em suma, a periculosidade do indiciado [...] está a indicar a necessidade de sua segregação cautelar. (fl. 17 - g.m.)

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 29/12/2020, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática do delito capitulado no art. 24-A da Lei Maria da Penha.

Em suas razões, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada segregação processual do paciente, primário e com demais condições pessoais favoráveis, além de

encontrar-se despida de fundamentação idônea e de efetiva justa causa material, porquanto não houve no caso vertente a prática de qualquer crime violento ou com grave ameaça, não preenche - como *ultima ratio* e em homenagem ao postulado da homogeneidade - os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; 315; e 648, inciso I, todos do CPP.

Outrossim, assevera que a manutenção da prisão acautelatória do increpado está em franco descompasso ao art. 4º, inciso I, da Recomendação CNJ n.º 62/2020, adstrita ao novo e periclitante contexto determinado pelo Covid-19.

Nesse panorama, roga o impetrante pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas, não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra

Superior Tribunal de Justiça

decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, a teor dos parcos elementos de convicção coligidos ao presente *writ*, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente